

A ARTICULAÇÃO ENTRE O CAMPESINATO E AGROECOLOGIA: ESPAÇOS FEMININOS E MASCULINOS

THE LINKAGE BETWEEN RURAL PEOPLE AND AGROECOLOGY: FEMININE AND
MASCULINE SPACES

Laura De BIASE

*Mestranda em Ecologia Aplicada. USP – Universidade
de São Paulo. Pós-Graduação em Interunidades em
Ecologia Aplicada. Piracicaba – SP – Brasil. 13418-900-
laudebiase@yahoo.com.br*

RESUMO: A agroecologia pode ser definida como um campo de estudos de caráter multidisciplinar, que tem como objetivo articular o saber-fazer científico ao saber-fazer das comunidades rurais, como forma de potencializar práticas sustentáveis de agricultura. Esta nova concepção surgiu como movimento de oposição à “modernização da agricultura”, em busca das raízes agrícolas camponesas e indígenas consideradas *sustentáveis*. Tal modernização tem como um de seus efeitos a perturbação da lógica de organização das unidades familiares de produção, pautadas pela campesinidade. Uma das características desta lógica é a articulação entre espaços femininos e masculinos do sítio. A agricultura moderna intensificou um processo de masculinização da agricultura que vinculou a produção agrícola à aquisição de sementes híbridas, insumos e maquinários agrícolas produzidos pela indústria. Sendo assim, este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito das potencialidades da (re)articulação dos espaços femininos e masculinos e da valorização da campesinidade contribuir com a construção de uma agroecologia plena. Para tanto, pretende-se (1) retomar algumas discussões sobre o destino do campesinato, realizadas desde o início do século XX, e refletir sobre algumas peculiaridades desta organização social; (2) analisar, de uma perspectiva de gênero, as transformações vivenciadas por esses grupos no período denominado de “modernização da agricultura”; (3) refletir sobre o conceito de Agroecologia e sua correspondência com a práxis agroecológica; e, finalmente (4) sugerir de que forma a lógica de organização

camponesa e a agroecologia podem se fortalecer na atualidade. Propõe-se que a efetividade da agroecologia esteja articulada à reprodução dos princípios fundamentais da ordem camponesa, como a hierarquia familiar e a complementaridade de gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia. Campesinidade. Gênero.

ABSTRACT: *Agroecology can be defined as a multidisciplinary field of study. Its main objective is to articulate the scientific know-how to the rural communities know-how, as a way to potentate agricultural sustainable practices. This new conception rose as an opposition movement against the “modernization of agriculture”, looking to rescue sustainable agricultural roots from country and indigenous people. The modernization of agriculture has as one of its effects the perturbation of the organizational logic of the family production units, conducted by the country culture. One characteristic of this logic is the linkage between feminine and masculine spaces inside the farm work. The modern agriculture intensified an agricultural masculine process that linked the agricultural production to the acquisition of hybrid seeds, agricultural supplies and machinery, produced by the industry. In this sense, the aim of this paper is to reflect on the potentialities of the (re) articulation of feminine and masculine spaces and the appreciation of the country culture to contribute to the construction of a plenty agroecology. This is why, here it is intended: 1) to resume some existing discussions about the destiny of the country culture since the early XX century, and to reflect about some peculiarities of this social organization; 2) to analyze, from a gender perspective, the transformations lived by these groups in the period of the “modernization of agriculture”; 3) to reflect about the Agriculture concept and its correspondence to the agricultural praxis; and, finally, 4) to suggest the way in which the country culture organization and agroecology can be fortified nowadays. It is proposed that the effectiveness of agriculture be linked to the production of two fundamental principles of the country culture, as family hierarchy and gender complementarity.*

KEYWORDS: *Agroecology. Country culture. Gender.*

1 Introdução

A Agroecologia é um movimento que surge em oposição ao modelo de “modernização da agricultura” denominado de Revolução Verde. Busca as raízes agrícolas camponesas e indígenas, seus conhecimentos geracionais e suas técnicas de produção consideradas sustentáveis. No entanto, a Agroecologia não é apresentada por seus estudiosos como uma técnica ou um modelo de produção, mas como um campo do conhecimento orientado à (re)construção social e

ecológica, rumo à sustentabilidade. Sendo assim, numa versão abrangente, inclui os aspectos ecológicos, econômicos e sócio-culturais e realiza um esforço interdisciplinar que una o saber-fazer científico ao saber-fazer tradicional.

A modernização da agricultura tem como um de seus efeitos a perturbação da lógica de organização das unidades familiares de produção, pautadas pela campesinidade. Entre os elementos da organização camponesa que sofreram perturbação está a articulação entre espaços femininos e masculinos do sítio. A agricultura moderna intensificou um processo de masculinização da agricultura que vinculou a produção agrícola à aquisição de sementes híbridas, insumos e maquinários agrícolas produzidos pela indústria.

Este artigo, portanto, tem como objetivo realizar uma reflexão a respeito das potencialidades da (re)articulação dos espaços femininos e masculinos e da valorização da campesinidade contribuir com a construção de uma agroecologia plena. Para tanto, pretende-se (1) retomar algumas discussões sobre o destino do campesinato, realizadas desde o início do século XX, e refletir sobre algumas peculiaridades desta organização social; (2) analisar, de uma perspectiva de gênero, as transformações vivenciadas por esses grupos no período denominado de “modernização da agricultura”; (3) refletir sobre o conceito de Agroecologia e sua correspondência com a práxis agroecológica; e, finalmente (4) sugerir de que forma a lógica de organização camponesa e a agroecologia podem se fortalecer na atualidade.

Sugere-se que a efetividade da agroecologia esteja articulada à reprodução dos princípios fundamentais da ordem camponesa – como a diferenciação vertical, a hierarquia familiar, a complementaridade de gêneros e as relações com o simbólico e o “natural”. Nesse sentido, a revalorização da unidade familiar, especialmente dos espaços femininos de produção, pode ser uma premissa fundamental para o fortalecimento endógeno do campesinato e, por sua vez, para a construção de uma agricultura sustentável.

2 Campesinato

Primeiramente, antes de discutir os aspectos econômicos, técnico-agronômicos e sócio-culturais da ordem camponesa, devemos esclarecer a opção teórica aqui adotada no que se refere ao destino do campesinato¹.

¹ Segundo Oliveira (1999) o estudo da agricultura brasileira tem sido feito por diferentes vertentes: (1) uma delas defende que no Brasil houve feudalismo, ou mesmo relações semifeudais de produção, e que para que o campo

Contraopondo-se as vertentes teóricas que não encontram espaço histórico para os camponeses no futuro, adota-se a interpretação de que o capitalismo é um sistema contraditório e combinado, composto por relações tanto capitalistas quanto não-capitalistas de produção. Sendo assim, compreende-se o campesinato como parte integrante do dinamismo do capitalismo. No entanto, é importante ressaltar a existência anterior e independente do campesinato às relações capitalistas. No interior desse modelo, o campesinato vive uma tensão entre a apropriação e a autonomia em relação a esse sistema. Segundo Oliveira (1999) entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos e, no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva.

Sendo assim, parte-se de uma premissa chayanoviana de que a economia camponesa não se constitui numa típica economia capitalista de produção. A ausência do assalariamento como forma principal de trabalho, a circulação simples de mercadoria (M-D-M), a assimilação de valores de uso/estímulo produtivo condizente com as necessidades, e a não contabilização da sua força de trabalho no processo produtivo (fórmula camponesa fluida) são algumas características da economia camponesa que a diferencia da economia capitalista de produção.

Como uma economia não-capitalista, a unidade econômica camponesa deve ser compreendida a partir da composição do núcleo familiar residente no sítio. A família nuclear (pai, mãe e filhos) é a principal força de trabalho no processo produtivo, assim como suas necessidades compõem o estímulo a esse processo. Isto significa que a força de trabalho na economia camponesa depende do número de trabalhadores e número de consumidores existentes na família. Ou seja, as variáveis básicas da fórmula camponesa de produção (nº trabalhadores e nº consumidores) são fluidas, transformam-se com o passar do tempo: num modelo “ideal” inicia-se a vida familiar com dois trabalhadores e consumidores (pai e mãe); num segundo momento, após o nascimento dos filhos, há um aumento no número de consumidores que se tornarão trabalhadores

se desenvolva seria preciso acabar com essas relações feudais ou semif feudais e ampliar o trabalho assalariado no campo; (2) outra vertente entende que o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de “resíduo” social que o progresso capitalista extinguiria; e (3) uma terceira vertente, adotada pelo autor, que, diferente das anteriores, entende que o estudo da agricultura brasileira deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado; e que prevê o desaparecimento do campesinato.

gradativamente conforme atinjam certa idade; finalmente os filhos se casam e saem do sítio, reiniciando o ciclo.

Devido a peculiaridade da força de trabalho da unidade produtiva ser a própria família, que produz e reproduz suas condições de vida de acordo com as necessidades por ela construída, a circulação camponesa de capital acontece de forma diferenciada da circulação capitalista, que acumula capital, ou produz lucro ($D - M - D'$)². Na economia camponesa, o capital não utilizado para renovação da produção é usado para satisfazer as necessidades da família, ou seja, reproduzir a força de trabalho.

Vemos en el esquema que la fuerza de trabajo y el capital aportados por la familia campesina combinan los factores de producción (fuerza de trabajo, tierra, equipos, etc.). Como resultado del proceso de producción éstos producen ingreso bruto. Parte de este ingreso bruto se destina a la recuperación del capital adelantado a su nivel original, y parte para aumentar la reproducción si la familia está ampliando su actividad económica. Todo el resto queda disponible para satisfacer las necesidades normales de la familia o, dicho de otro modo, para reproducir la fuerza de trabajo. (CHAYANOV, 1974, p.231-232).

Isto significa que, na economia camponesa, a recuperação do capital necessário para a manutenção do volume de produção será determinado, não pelas necessidades técnico-produtivas, mas de acordo com a satisfação das necessidades pessoais da família. Será “investido” o capital que sobrar depois de garantida a reprodução familiar.

Um elemento que nos aparece nessa organização econômica, em que o “explorador” e o “explorado” encontram-se na mesma pessoa, é o grau de autoexploração. Esta noção foi definida por Chayanov para determinar o esforço realizado pelo agricultor para produzir as condições de satisfação das necessidades da família. A autoexploração varia em grau conforme o número de consumidores da família, quanto maior o número de consumidores maior será o grau de autoexploração do camponês, tendo como limite máximo a exaustão.

La influencia de las necesidades de consumo se ejerce en esto caso con tanta fuerza que en una serie de zonas el trabajador, bajo la presión de crecientes necesidades de consumo, desarrolla su producción en estricta concordancia con el número creciente de consumidores. El volumen de la actividad de la familia depende

² A fórmula $D-M-D'$, onde D =dinheiro, M =mercadoria e D' =o dinheiro original mais um incremento, pertence a Marx (1980).

totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores. (CHAYANOV, 1974, p.81).

É importante ressaltar que, quando discutimos a organização da unidade econômica camponesa não podemos nos referir apenas à atividade essencialmente agrícola. Por *volumen de actividades económicas* devemos entender, segundo Chayanov, tanto a agricultura como a totalidade de atividades artesanais e comerciais. Para o autor, o desenvolvimento de atividades artesanais e comerciais varia fundamentalmente de acordo com a sazonalidade da produção agrícola (trabalho estival) e a situação de mercado. Na realidade brasileira, cuja apropriação da terra acontece de forma privada, a quantidade de terra seria também um importante elemento. Esta característica da diversificação do trabalho camponês tem sido apontada como elemento de diferenciação entre o campesinato do passado e o campesinato da atualidade, chamada de diversificação vertical.

[...] o camponês executa diferentes tarefas: ele é agricultor, carpinteiro, cuteleiro, etc. Isso explica por que o campesinato tem uma socialização em bases familiares, já que as diferentes tarefas são ensinadas quase sempre pelos pais. Assim, o menino aprende com o pai, a menina aprende com a mãe. [...] Segundo Chayanov, a diversificação vertical residia justamente no fato de o campesinato estar enfrentando a divisão e a especialização das tarefas, ou seja, em vez de ser também carpinteiro, o camponês procura agora os serviços de um profissional; em vez de ele próprio confeccionar sua roupa, ele a adquire pronta. Dessa forma, as tarefas desempenhadas pelos camponeses estão cada vez mais concentradas apenas na agricultura. (SHANIN, 1989, p. 5).

A diversificação das tarefas tradicionalmente realizadas pelos camponeses pode ser observada tanto no total de atividades por ele realizada como no próprio interior da atividade agrícola. As técnicas de produção agrícola que poderíamos chamar de tradicionais, aquelas transmitidas de uma geração para outra, incluem o fator diversificação.

Num primeiro momento verificamos que as unidades agrícolas que possuem menores entradas monetárias (relações com o mercado) são aquelas cuja produção agrícola é mais complexa. Na unidade de exploração não-monetária, a atividade agrícola relaciona-se a uma série de necessidades de consumo variadas, tendo maior diversificação, ou, nos termos de Chayanov, maior *matriz qualitativa*. Ao desenvolver-se a monetarização da agricultura, a “quantidade”

evidencia-se diante da “qualidade”, e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor” (CHAYANOV, 1974).

O princípio que fundamenta o manejo dos agroecossistemas é o da renovabilidade. O consorciamento e a rotação dos cultivos são planejados de forma que restitua a fertilidade do solo e esteja adequada à disponibilidade de trabalho da família. E. Woortmann e K. Woortmann (1997) observaram, sobre os camponeses nordestinos, duas formas distintas de cultivos possíveis de serem adotadas: o *chão de roça* e a *malhada*. O primeiro trata-se de um modelo antigo, de roça extensiva, em que a terra passa por um “descanso” periódico; o próximo e mais “inovador”, trata-se de roça intensiva, sem “descanso” para a terra, cuja estabilidade depende de técnicas de cultivo que fortaleçam constantemente o solo.

A escolha da terra, do cultivo e do método de plantio é feita considerando suas condições de existência, a “força” da terra e as exigências das plantas. O solo não será “corrigido” ou as sementes “melhoradas”. Tradicionalmente, o camponês aprendeu a trabalhar *com* a terra, sem a pretensão de dominá-la ou manipulá-la. A terra precisa de “descanso”, assim como ele. Ela tem suas características próprias e o camponês deverá conhecê-las. As crianças aprendem a conhecer e *conviver* com a terra desde cedo, preparando seus pequenos roçados, junto à mãe e próximos a casa. Aprendem desde então a lógica do consorciamento, quais plantas devem ser cultivadas juntas, o tempo de cada uma delas, as variedades fortes e fracas, e assim por diante. A diversificação pertence à realidade camponesa, cada espaço cumpre diferentes funções e todos eles servem à demanda do coração do sítio, a casa.

A lógica de consorciamento observada pelos E. Woortmann e K. Woortmann (1997, p.112-113) implica em um cálculo de *espaço e tempo*, orientado pela exigência de ventilação entre as plantas. As plantas “quentes” não deverão ser plantadas juntas, pois são plantas que exigem ventilação. São plantas que possuem: forma fechada³ e necessidade de maior pluviosidade (capim, algodão e inhame). No entanto, conforme o período de duração elas poderão ser plantadas juntas. Há plantas quentes de curto tempo de duração (PQCD), plantas quentes de longo tempo de duração (PQLD), ou ainda plantas frias durante um período e quentes em outro longo período de duração (PF-QLD), etc. O arranjo espacial da roça irá variar conforme as características da planta num dado momento do processo produtivo:

³ Plantas com densa presença de folhas (feijão), touceiras (capim) e expansão das ramas (algodão e inhame).

O milho deve ser intercalado com produtos frios pelas razões já vistas⁴ e porque “ele põe sombra nas plantas [vizinhas] e tira a vitamina [do solo]”. Colhido o feijão-de-arranca, a alternância quente-frio na carreira desaparece e permanece apenas uma carreira de plantas PF-QLD, intercalada com plantas PQLD. O tempo de retirada do milho coincide com a transformação do algodão de frio para quente. O esquema seguinte esclarece esse sistema: M A F A F A M (abril/maio); M A A A M (junho/julho); A° A° A° (outubro/novembro); M = milho, A = algodão, A° = Algodão em flor, F = Feijão (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.114).

O “descanso” da terra, anteriormente mencionado, está relacionado ao que se denomina cientificamente de ciclo biogeoquímico do solo. A recomposição da fertilidade do solo acontece durante o período de “descanso”, devido à deposição de material orgânico oriundo da capoeira ou floresta. As raízes dos arbustos ou árvores proporcionam uma inversão do nutriente do solo, disponibilizando-os na porção superficial. A atividade biológica dos microorganismos do solo disponibiliza a “força” da terra para o próximo ciclo de cultivo. Descansada, a terra volta a trabalhar na produção de alimentos.

É interessante notar – e isso fica especialmente evidente durante a análise das técnicas de produção camponesa – a constante humanização da natureza e naturalização do homem. Assim como não ficam claros os limites entre natureza e cultura, não existem separações no que se refere à economia, religião, técnicas e/ou ciência e filosofia. Isto significa, em última instância, que na ordem camponesa a infraestrutura possui correspondência com a superestrutura, ou seja, que o processo de transformação da natureza acontece em concordância a concepções culturais que organizam sua visão de mundo. Essas concepções orientam as relações produtivas estabelecidas. Em *O trabalho da terra*, E. Woortmann e K. Woortmann (1997) realizam um trabalho etnográfico demonstrando esta inter-relação entre os elementos de produção e reprodução da unidade camponesa.

Queremos de outro lado mostrar que, ao trabalhar a terra, o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, que, juntamente com a produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, um processo ritual. Além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.15).

⁴ O milho é uma planta quente.

Os autores sugerem que a discussão teórica realizada no interior do marxismo antropológico a respeito das sociedades não-ocidentais, cabe ao estudo da organização camponesa. O pensador desta escola antropológica, Maurice Godelier, defende a tese de que uma instância superestrutural torna-se dominante sobre uma organização sócio-econômica, quando assume a função de relações de produção.

O parentesco domina a organização social quando não regula apenas as relações de descendência e aliança que existem entre os grupos e os indivíduos, mas também regula seus direitos respectivos sobre os meios de produção e os produtos do trabalho, define as relações de autoridade e obediência, dominando as relações políticas no interior dos grupos (ou entre eles) e, eventualmente, serve de código, de linguagem simbólica para exprimir as relações do homem entre si e com a natureza. [...] São as relações de produção as responsáveis pela dominância de determinada instância. Têm, portanto, eficácia determinante geral sobre organização da sociedade, uma vez que determinam a dominância e através da dominância a organização geral da sociedade. (GODELIER, 1978, p.49-50).

No caso da organização camponesa, a unidade familiar, e suas relações de hierarquia e gênero, é identificada pelos Woortmann como a instância superestrutural que assume a função de relações de produção.

A noção de relações de produção refere-se às funções preenchidas por indivíduos e grupos no processo de produção e no controle dos fatores e meios de produção. Embora essa noção esteja geralmente vinculada à idéia de classes sociais, podemos dar-lhe um outro sentido, voltado para as relações que se estabelecem no interior do grupo social específico que realiza a produção; no caso do trabalho camponês, a unidade familiar. Essas relações são de hierarquia e de gênero (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.10).

Afastando-se da discussão sobre o campesinato baseada no determinismo econômico, alguns autores dedicam-se a compreensão sobre as peculiaridades da organização sócio-cultural camponesa. Shanin (1983) criou um modelo explicativo, denominado *mobilidade multidirecional e cíclica*, sobre a estrutura social básica do campesinato e das peculiaridades da economia camponesa. Em contraposição aos estudos que indicam a polarização do campesinato (divisão entre camponeses ricos e camponeses pobres), o autor lança mão de estudos dinâmicos, no qual busca as histórias individuais das unidades camponesas

e as mudanças ocorridas em sua estrutura interna durante um período de tempo. Desse modo, comprova a existência de uma mobilidade multidirecional complexa, que inclui tendências centrífugas e centrípetas, quanto à estrutura econômica camponesa⁵.

O reconhecimento sobre a integração existente entre a dimensão econômica e a dimensão simbólica no modo de vida camponês inspira estudos sócio-antropológicos. Nesta perspectiva, os aspectos culturais são profundamente analisados⁶ e a economia passa a ser discutida como *oeconomia*, como *oikos*. Mais do que na organização econômica, busca-se a unidade camponesa na forma de relacionar-se com o mundo. Nesse sentido, Woortmann (1990) formula o conceito de *campesinidade*.

Na perspectiva que adoto, a família, que é um dos pontos centrais deste artigo, não é vista chayanovianamente como um *pool* de força de trabalho, variável ao longo do ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico, mas como um valor, o valor-família, permanente no tempo. [...] O que interessa aqui é menos a teoria de um tipo de economia do que a de um tipo de sociedade. Trata-se, por outro lado, da construção de um tipo, apreendido através das conexões de sentido que são significativas para os sujeitos, e nem todos os “pequenos produtores [...]” são camponeses ou partilham igualmente da ética que procuro examinar no decorrer deste artigo. Prefiro então falar não de camponeses, mas de *campesinidade*, entendida como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos (WOORTMANN, 1990, p.12-13).

A *campesinidade* constrói-se no conjunto de relações estabelecidas pelos camponeses, do ponto de vista subjetivo. Tais relações podem ser divididas em dois grandes campos inter-relacionados: as relações entre as pessoas e as relações

⁵ Segundo Shanin (1983, p.120-122): “A las transmutaciones de unidades domésticas campesinas que se traducen en su aparición y desaparición dentro de las comunidades campesinas se las dio el nombre de “cambios sustantivos”. Este término comprende los procesos de partición, fusión, extinción y migración de las unidades domésticas. Estos procesos descubren la intimidad de los lazos que conectan los destinos de la familia campesina, estructurada de forma tradicional, y de la explotación. La partición produce como resultado la aparición de nuevas unidades. Extinción y fusión conducen a su desaparición. Con la emigración, una unidad doméstica campesina desaparece de una comunidad para reaparecer (como inmigración) en otro sitio distinto. El término comprensivo “cambios sustantivos” abarca, por tanto, procesos sociales de tipos ampliamente diferentes pero que tienen una característica en común: su impacto diferencial se ve reflejado en forma de tendencias niveladoras sobre las sociedades campesinas. [...] Los “cambios sustantivos” estaban estrechamente relacionados a un número de características básicas de la vida y estructura social de la economía campesina. Lo que necesita ser puesto de relieve es el amplio contexto social en que este proceso tuvo lugar, del cual los determinantes económicos representaban sólo uno de sus aspectos.”

⁶ Woortmann (1990), E. Woortmann e K. Woortmann (1997), Gonçalves (2000), Brandão (1995) são alguns exemplos importantes a serem citados.

das pessoas com a natureza. No primeiro campo de análise, podemos destacar alguns elementos como: reciprocidade, autonomia e a moral propriamente dita. Na relação com a natureza, além dos aspectos técnico-agronômicos já discutidos, ainda podemos refletir sobre a noção de trabalho e da religiosidade.

O *trabalho* é reconhecido pelos camponeses numa dimensão maior do que sua conotação objetiva. Ele possui dimensões simbólicas que extrapolam a construção de produtos ou mercadorias e constroem espaços sociais. O trabalho torna-se um valor não no sentido econômico, mas cultural. Numa relação de convivência com a natureza, o camponês, trabalhador, estabelece novas relações sociais.

O processo de trabalho faz-se, de um lado, a partir de uma idealização da natureza. Em outros termos, não existe uma natureza em si, mas uma natureza cognitiva e simbolicamente apreendida. De outro lado, ele se faz no interior de um processo de relações sociais que transforma a natureza. Para entendermos a construção do roçado, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.10).

É interessante notar que o distanciamento existente entre humano e natureza na organização ocidental não se concretiza no caso camponês. Não existe uma natureza independente, o mato, a terra, a chuva e o sol são elementos sagrados que estão ao lado do agricultor no processo de produção de alimento. O camponês trabalha *com* a “natureza” e por isso dá a ela descanso e agradecimento. Evidencia-se, portanto a intermediação divina na relação entre humano e natureza. A *religiosidade* está na ação cotidiana, na relação com o mundo material e imaterial. Fenômenos que seriam classificados por nós como meteorológicos, por exemplo, são geralmente interpretados pelos sitiantes, na esfera da moralidade, como castigo ou agradecimentos de Deus. O capitalismo, na *moralidade* camponesa, é a Besta-fera, obra do Demônio⁷ que rouba a autonomia do sitiante, coloca em dúvida

⁷ Sobre sua pesquisa no nordeste brasileiro, Woortmann (1990, p.18) discute: “Estava-se, na época daquela pesquisa de campo, em plena seca (1981-1983) e aquele sitiante partilhava da crença comum de que a seca era o *castigo de Deus* imposto na terra como punição pela *maldade dos homens*, sendo necessário realizar ritos de purificação. Estava-se, creio, numa situação pré-milenarista. O que para nós é um fenômeno meteorológico, explicável no plano da ordem natural, para ele era uma realidade metafísica explicável no plano da ordem moral, pela maldade intrínseca do homem, nos termos da ‘cultura bíblica’ de que fala Velho (1986) que informa tanto os milenarismos

sua honestidade e opõe-se à reciprocidade. O “mal” encontra-se naquilo que fere a ordem camponesa, coloca em risco a dinâmica de vida tradicional. O “bem” possibilita a reprodução da unidade familiar. Quando um elemento do capital torna-se necessário para a reprodução da família e manutenção da organização camponesa – como, por exemplo, o *negócio* – sua “maldade” é relativizada.

O capital é geralmente responsabilizado por roubar a autonomia do sitiante. O valor *autonomia*, que implica no controle do tempo, das técnicas e nas decisões em geral por parte do trabalhador, é um dos motivos da diferenciação existente entre o assalariar-se às vezes (ser jornalista ou “trabalhadorzinho”) ou “viver do alugado”. No primeiro caso, o trabalho é considerado como ajuda, não se rompe com a *liberdade*: “se quero vô” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.24). Enquanto na situação seguinte, a dependência com relação ao assalariamento faz da situação o *cativoiro*. “Quem *vive do alugado* tem uma temporalidade distinta daquela do ciclo agrícola e, por isso mesmo, não é agricultor” (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.43). A troca de trabalho é uma forma de ajuda e a *troca de tempo*, com é dito por eles, é um símbolo de *reciprocidade*.

Sítio designa sempre um espaço de reciprocidade e o assalariamento, ainda que representado como *ajuda*, nunca ocorre no *interior de um mesmo Sítio* (isto é, comunidade, bairro, parentela), mas apenas entre Sítios distintos. Dentro do Sítio, as necessidades de trabalho são satisfeitas através da *troca de tempo*, para usarmos o termo local. Essa troca não é pensada como *trabalho*, mas como *ajuda* entre iguais, e que será retribuída. É uma atividade descrita mais como festa que como labuta; o que os informantes enfatizavam ao falar dessa troca era seu aspecto ritual. No interior do Sítio, a *troca de tempo*, além de responder a uma necessidade prática, está-se reproduzindo uma comunidade (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.32).

A comunidade se reproduz através de relações de *reciprocidade*. O compadrio, ou apadrinhamento, é um sacramento importante para o desenvolvimento tanto das relações de reprodução como também das relações

nordestinos quanto o anti-milenarismo dos também nordestinos na frente de expansão. Por outro lado, esse sitiante concebia a terra como propriedade de Deus, tornando-se o homem seu *dono* legítimo apenas através do *trabalho*. Essa *terra de trabalho* (GARCIA JUNIOR, 1983), que é também, a *morada da vida* (HEREDIA, 1979), estava sendo submetida à Lei do Cão, enquanto propriedade mercantil, lugar do gado e do cativoiro dos homens. Por obra do Demônio, passava-se da ordem moral para a da mercadoria. Situação análoga à do Maranhão, onde o Coco de Deus (babaçu) estava sendo roubado pela Besta-fera, através de sua transformação em mercadoria monopolizada pela propriedade privada”.

de produção camponesa. Uma unidade familiar com excedente de meninos ou meninas pode desequilibrar a dinâmica produtiva do grupo doméstico. Ilustrase, assim, a não separação das esferas de organização social⁸.

A produção e reprodução camponesa, portanto, está permeada por valores relacionados à noção do trabalho, relações de igualdade com a “natureza”, religiosidade, moralidade, autonomia e reciprocidade que, tal como foram colocados acima, dão as especificidades ao modo de vida do camponês. Todos esses elementos, contudo, articulam-se à lógica principal de organização da unidade familiar, baseada em relações de *hierarquia* e de *gênero* (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997).

É importante tomar alguns cuidados na interpretação da palavra *hierarquia*. A visão ocidentalizada nos leva a crer que hierarquia pressuponha subordinação. Isto porque, no processo industrial capitalista a hierarquia de trabalho subordina o trabalhador ao capital, assim como na reprodução social subordina-se a mulher ao homem. As relações capitalistas estão fundamentadas em relações de subordinação. Diferentemente destas, o processo de trabalho familiar faz-se baseado em relações hierárquicas e complementares. O pai é quem comanda o processo produtivo e quem se responsabiliza pela transferência do conhecimento e da herança, sem a menor pretensão de exploração do trabalho da família.

[...] o processo de trabalho camponês é consciente. O “pai-patrão” não é o equivalente de um empresário moderno, por ser detentor do saber. Ele é o detentor de um saber que o autoriza a *governar* o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à “força de trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão-se constituindo também em “conhecedores plenos”. Ademais, entre os sitiantes, governar é um processo ideológico: filhos, após certa idade, conhecem o processo de trabalho tanto quanto o pai, como o fazem também as mulheres ou os eventuais assalariados (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K, 1997, p.13).

⁸ Segundo E. Woortmann e K. Woortmann (1997, p.32-33): “Através do compadrio podia-se manipular a composição de cada grupo doméstico segundo códigos culturais definidos e coerentes com o modelo da família. [...] Compadres são concebidos como irmãos rituais (e, com grande frequência, são “irmãos de sangue”). O padrinho, por outro lado, é “que nem pai”, e essas construções legitimam a troca de crianças, tornando-se o(a) um(a) filho(a). Através da cultura, consegue-se equilibrar o grupo doméstico, ao mesmo tempo que se preserva o princípio da *família*”.

A hierarquia familiar pode ser fundamentada teoricamente através da concepção de saber-poder⁹ e de mestre-aprendiz¹⁰. Ou seja, o velho (homem ou mulher) é respeitado no interior da família como detentor do saber e consequentemente detentor do poder. O poder adquirido através do domínio do saber é, nesse caso, relacionado ao poder do mestre; que deve ser respeitado enquanto tal sem que seja preciso estabelecer-se uma relação de submissão. O novo (filhos, sobrinhos e netos) deve, portanto, colocar-se em situação de aprendiz para que possa, no decorrer do tempo (convívio familiar), ter acesso aos saberes do mestre e um dia tornar-se mestre (pai ou mãe).

O sítio compõe-se de espaços que determinam funções sociais, divididos em femininos e masculinos. Se a produção para o mercado é governada pelo pai, a produção para auto-consumo é governada pela mãe. O alimento que será produzido exclusivamente para o consumo da família, “pro gasto”, é domínio materno. A horta, o pomar, a pequena criação e os remédios constituem espaços femininos. Os espaços de fora – o mato, a roça, o comércio – são masculinos. Os espaços de dentro – a casa e seus arredores – são femininos (HEREDIA, 1979; WOORTMANN, E.; WOORTAMANN, K, 1997). Como família e trabalho são inseparáveis na organização camponesa, assim são homens e mulheres. Portanto, a relação de *gênero* é o segundo elemento que organiza a atividade sócio-econômica na unidade familiar.

Na divisão de trabalho por sexo, há como que uma “cooperação simples” – homens e mulheres fazem as mesmas tarefas na capina e na colheita – e uma “cooperação complexa” – homens e mulheres fazem tarefas distintas e

⁹ A relação saber-poder foi fundamentada por Michel Foucault (1987, p.27). Segundo o autor precisamos admitir “[...] que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder; mas é preciso considerar ao contrário que o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimento são outros tantos efeitos dessas implicações fundamentais do poder-saber e de suas transformações históricas. Resumindo, não é a atividade do sujeito de conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o saber-poder, os processos e as lutas que o atravessam e o constituem, que determinam as formas e os campos de conhecimento possíveis do conhecimento.”

¹⁰ Longe de querer comparar a unidade familiar camponesa à capoeira, uma discussão a respeito da relação mestre-aprendiz pode ser encontrada nos estudos sobre esta arte, mais especificamente a capoeira angola. No livro “Capoeira angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda”, Pedro Abib (2005, p.95) constrói uma reflexão sobre a figura do mestre que pode servir para a discussão desta pesquisa: “Essa figura é fundamental no seio de uma cultura na qual a transmissão do saber passa pela via da oralidade, e por isso depende desses guardiões da memória coletiva para que esta seja preservada e oferecida às novas gerações. O mestre é aquele que é reconhecido por sua comunidade, como detentor de um saber que encarna as lutas e sofrimentos, alegrias e celebrações, derrotas e vitórias, orgulho e heroísmo das gerações passadas, e tem a missão quase religiosa, de disponibilizar esse saber àqueles que a ele recorrem. O mestre corporifica, assim, a ancestralidade e a história de seu povo e assume por essa razão, a função do poeta que, através do seu canto, é capaz de restituir esse passado como força instauradora que irrompe para dignificar o presente, e conduzir a ação construtiva do futuro”.

complementares no processo global que faz a reprodução social, eles na roça e pasto, elas na casa. A cultura-ideologia, contudo, se encarrega de tornar a cooperação simples em complexa. É comum afirmar-se que a divisão de trabalho deriva das diferenças de sexo. Nossa etnografia mostra que o processo de trabalho, visto como processo ritual, constrói o gênero (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.135).

Em situações simbolicamente determinadas, homens e mulheres enfrentam os perigos inerentes a suas atividades. Respeitando os limites espaciais relacionados a cada gênero, a presença de mulheres em espaços masculinos e vice-versa caracteriza suas atividades como ajuda. Mais frequentemente, as mulheres é quem ajudam os homens em determinadas tarefas da roça (principalmente no plantio e na colheita). Invadidos alguns limites, a presença do sexo oposto pode atrapalhar, ou “empatar”, o trabalho.

O homem enfrenta o perigo *fora*, na natureza representada pelo mato na primeira etapa do processo de trabalho, na companhia apenas de outros homens. A mulher, pelo contrário, enfrenta-o *dentro*, na companhia apenas de mulheres, num duplo sentido: dentro de casa e dentro de si mesma; o perigo está na sua própria natureza e não, como no caso dos homens, numa natureza externa (WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K., 1997, p.39-40).

Devemos lembrar que, independente da complementaridade entre os gêneros, a mulher rural também pertence a uma sociedade que herdou o patriarcado e a dominação masculina dos colonizadores. A realidade rural brasileira transita entre a identificação cultural indígena, com concepções sociais e de gênero diferenciadas da cultura ocidental contemporânea, e a cultura ibérica, imposta durante a colonização brasileira (ARRUDA, 2000). Apesar da nítida predominância da cultura patriarcal existente nesse ambiente, é possível também perceber a possibilidade de valorização dos espaços de construção do feminino como ser social e, portanto, de transformações nas relações de gênero baseadas na dominação.

3 Modernização da agricultura

Na década de 1950, inicia-se o processo de *modernização da agricultura brasileira*, que resulta no movimento intitulado segunda revolução agrícola¹¹.

¹¹ A segunda revolução agrícola tinha como slogan o aumento da produtividade agrícola como forma de resolver o problema da alimentação da crescente população mundial.

Conhecido também como Revolução Verde, esse movimento instituiu o modelo tecnológico que aperfeiçoou os sistemas monoculturais em larga escala, a partir da mecanização, introdução de técnicas modernas de irrigação e emprego intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos (EHLERS, 1999).

Neste processo de transformação, a produção de alimentos aproxima-se da produção industrial, de onde germina o termo “agroindústria”. A realização da agricultura gradualmente torna-se dependente desta indústria. A produção agrícola familiar tradicional passa a se inviabilizar. Desde então, a organização sócio-econômica camponesa, orientada para produção de alimentos e mercado interno local, é gradativamente substituída por uma lógica de *maximização de produção para o lucro*.

A valorização e a grande capacidade de “sedução” do mercado capitalista dissemina princípios e valores que priorizam a produção para compra/venda em relação à produção para auto-consumo. Os espaços do sítio que abrigavam a força de trabalho dedicada ao mercado ganham importância e dimensão em relação aos espaços para “produção endógena” (fornecedores de alimento, medicamento, lazer, abrigo, etc.). A atividade agrícola passa a dissociar as relações de produção das relações de reprodução familiar, valorizando a primeira situação (WOORTMANN, 1978).

Mais do que produtos determinados [...] é preciso que se observe que o que estava sendo gestado era um sistema que subordinava a produção familiar, através de um pacote técnico, as cooperativas empresariais que, sabemos, têm mais de empresariais que de cooperativas, e através delas às indústrias de beneficiamento dessas matérias primas atraídas para a região, com um farto sistema de isenções e incentivos fiscais. É a dependência do produtor familiar às sementes melhoradas, ao gado cientificamente produzido, tudo isso através de empresas que vêm ajudar a fazer projetos para o pequeno produtor. A monoprodução foi imposta como condição para que obtivesse apoio técnico e financiamento bancário, conforme o depoimento de vários agricultores (GONÇALVES, 2000, p.8-9).

A reciprocidade, a autonomia e os valores morais não deixam de existir enquanto *campesinidade*, mas as relações de *hierarquia* e *gênero* na unidade familiar passam a disputar o controle das relações de produção com o *capital*. O capital subordina a família camponesa e conduz a produção agrícola à *maximização do lucro*. As relações de subordinação trazidas pelo capital à realidade agrícola são transferidas, aos olhos das gerações mais jovens, ao interior

da família. A unidade e hierarquia familiar que anteriormente libertavam, agora são vistas como o cativoiro.

Parece surgir, [...], uma tensão entre o trabalhar *para nós* e o trabalhar *para mim*, quando era o primeiro que assegurava o não trabalhar *para o outro*. É como se, no movimento constante de reintegração a uma sociedade global em transformação, o filho realizasse uma “descoberta do outro”, de uma alteridade não-tradicional de novos valores, estabelecendo, com isto, o estranhamento do seu próprio universo e sua desnaturalização. É como se realizasse, à sua maneira, pela experiência, o equivalente ao encontro etnográfico. Ao fazê-lo, descobre o cativoiro no interior da família, enquanto seu pai percebia o cativoiro como a negação da família. O coletivismo que possibilitava ser liberto é interpretado como sujeição (WOORTMANN, 1990, p.56).

Além da inversão ideológica com relação à hierarquia familiar e o cativoiro, a modernização gera a diminuição dos *espaços femininos* no sítio. A produção de alimentos e remédios “pro gasto” é substituída pela produção da monocultura geradora de lucros ao mercado industrial. A “cooperação complexa” se inviabiliza e as atividades complementares de homens e mulheres transformam-se todas em atividades masculinas, que sobrepõe o trabalho do homem ao da mulher, do técnico (ciência) ao da família camponesa (saber geracional).

O desenvolvimento científico-tecnológico invade todas as dimensões das relações de *gênero* na ordem camponesa, masculinizando-as. As interferências exógenas relacionadas ao processo de modernização resultam, tanto nos processos de produção, quanto nos processos de reprodução da unidade familiar. As referências endógenas que construíam o gênero feminino são progressivamente desvalorizadas¹².

Assim como a tecnologia transforma a semente de recurso vivo e renovável em mera matéria-prima, ela desvaloriza as mulheres de maneira similar. Por exemplo, a reprodução é associada à mecanização do corpo feminino, no qual um conjunto de partes fragmentadas, fetichizadas e substituíveis são administradas por especialistas médicos.

A mecanização do parto é evidente no aumento de cesarianas. Significativamente, esse método, que exige maior intervenção por parte do médico e menor trabalho de parto por parte da mulher, é considerado algo

¹² É interessante notar que a ideologia do *desenvolvimento* não atinge unicamente o espaço rural, mas cabe também às cidades esta discussão sobre a masculinização da proposta de organização capitalista.

que dá melhor resultado. [...] Assim como no caso da regeneração das plantas, em que a agricultura passou das tecnologias da RV [revolução verde] para a biotecnologia, um deslocamento paralelo também está ocorrendo com respeito à reprodução humana, a transferência do conhecimento e habilidades da mulher para o médico, das mulheres para os homens, será acentuada. (SHIVA, 2001, p.84).

Desta forma, a modernização da agricultura desorganiza o campesinato. Invertendo o sentido das relações hierárquicas e de gênero que garantiam as especificidades na unidade familiar de produção, toda a estrutura sócio-cultural e econômica se desorienta. A cosmo-visão do camponês confunde-se com as ideologias capitalistas e, assim, a economia de mercado ganha suporte para inviabilizar a economia camponesa.

4 Agroecologia

Como foi dito no início deste artigo, a agroecologia surge em antagonismo ao modelo hegemônico da agricultura moderna, num exercício de resgatar a sabedoria camponesa e de fortalecer a organização sócio-econômica e cultural endógena ao campesinato. Num primeiro momento, diante da artificialização da produção de alimentos e da contaminação ambiental, a agroecologia tinha como objetivo a aproximação da agricultura aos princípios ecológicos. Um importante representante do processo de intersecção da *agronomia* à *ecologia* foi o agroecólogo Stephen R. Gliessman. O autor define a agroecologia como “[...] a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis [...]” (GLIESSMAN, 2001, p. 54).

No entanto, a subordinação e empobrecimento dos camponeses pelo capital levam alguns autores, especialmente Miguel Altieri, a realizar o que poderíamos chamar de *politização da agroecologia*. Altieri (2001, p.18) define agroecologia como “[...] uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo.” Nesta abordagem teórica, o autor evidencia o aspecto interdisciplinar dos problemas discutidos pelos agroecólogos e fortalece a concepção de que a agricultura sustentável deve favorecer os pobres.

As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um

desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. As inovações tecnológicas não se tornaram disponíveis aos agricultores pequenos ou pobres em recursos em termos favoráveis, nem se adequaram às suas condições agroecológicas e socioeconômicas (ALTIERI, 2001).

Complementar às duas abordagens acima, Eduardo Sevilla Guzmán realiza uma discussão mais aprofundada dos aspectos sócio-culturais que permeiam os conflitos inerentes ao movimento agroecológico. Desta forma, elabora uma concepção ampla da agroecologia. Elemento central de sua discussão é o fortalecimento do *endógeno*. Sevilla Guzmán (2001) elabora uma reflexão sobre a necessidade da agroecologia partir de dentro da ordem sócio-cultural específica. Nesse sentido, enfatiza que a abordagem agroecológica deve estimular um fortalecimento da identidade local – ou da *campesinidade*.

La agroecología, como manejo ecológico de los recursos naturales para el diseño de métodos de desarrollo endógeno, necesita utilizar en la mayor medida posible los elementos de resistencia específicos de cada entidad local. En nuestra opinión, la manera más eficaz de realizar esta tarea consiste en la potenciación de las formas de acción social colectiva que poseen un potencial endógeno transformador. No se trata de llevar soluciones a la localidad, sino de detectar aquellas que allí existen y “acompañar” los procesos de transformación existentes en una dinámica participativa: es este el núcleo central de nuestro planteamiento teórico y metodológico. (CASADO GUZMÁN; MOLINA SEVILLA; GUZMÁN GONZALEZ, 2000, p.139).

A “erosão” causada na vida dos sítiantes, em seus saberes e valores morais, adquiriu uma dimensão tal, que faz muitos não acreditarem na capacidade de reconstrução da ordem camponesa. Nesse sentido, alguns agroecólogos desenvolvem trabalhos de “extensão” rural sem acreditar num possível fortalecimento da *campesinidade*. Desta forma, há várias experiências acontecendo, como diria Sevilla Guzmán (2002), segundo uma *agroecología restrita*, ou *débil*. Esse procedimento refere-se à limitação da agroecologia aos seus aspectos *técnicos*, sem considerar os aspectos sócio-culturais correspondentes¹³.

¹³ “La Agroecología puede entenderse de manera amplia o restringida, según la amplitud que se le otorgue a sus fundamentos teóricos. Podría considerarse como una técnica o como un instrumento metodológico para mejor comprender el funcionamiento y la dinámica de los sistemas agrarios y resolver la gran cantidad de problemas técnico-agronómicos que las ciencias agrarias convencionales no han logrado solventar. Esta dimensión restringida está consiguiendo bastante predicamento en el mundo de la investigación y la docencia como un saber esencial-

Almeida (2002) chega a dizer que a agroecologia, em sua amplitude, ainda não foi devidamente encarada e praticada.

Deve-se ressaltar que a plenitude da agroecologia está, portanto, na articulação dos aspectos técnicos (atualmente bem desenvolvidos) aos aspectos sócio-culturais condizentes a eles. Caso contrário, as técnicas desenvolvidas pela agroecologia se articularão aos princípios hegemônicos do modelo capitalista. Como vimos, a separação entre técnicas de produção agrícola e organização sócio-cultural é ideológica e condiz com o processo de modernização agrícola. A pesar da descrença na possibilidade de fortalecimento da campesinidade, há uma orientação teórica que enfatiza a capacidade de reconstrução das relações socioambientais tradicionalmente desenvolvidas, mesmo nas condições mais adversas.

Nos agroecossistemas fortemente artificializados, onde o manejo tem uma natureza profundamente industrializada, também é possível gerar um conhecimento local que aporte soluções específicas para cada realidade. Este conhecimento oferecerá respostas análogas àquelas que, há séculos atrás, estabeleceram os habitantes da mesma zona, realizando um manejo ambiental dos recursos naturais. Cremos que a evidência até agora acumulada nos permite desenhar sistemas de manejo dos recursos naturais de natureza agroecológica, com base no conhecimento local, inclusive naquelas zonas de manejo fortemente industrializado (ALTIERI, 2001).

A partir do compromisso com os aspectos sócio-culturais, se efetivam as possibilidades de uma agroecologia abrangente. A necessidade de fortalecimento do *endógeno*, anterior ao estabelecimento de relações com o exógeno, evidencia a importância da *organização camponesa* no processo agroecológico de adequação socioambiental de propriedades rurais. Para a realização da agroecologia de forma abrangente deve-se, portanto, considerar as especificidades das relações de produção e reprodução no campesinato.

De ahí la importancia que la Agroecología concede al campesinato. La vinculación del campesino con la naturaleza se realizó y se realiza a través de “[...] *una específica relación, por un lado con la exploración agrícola familiar*

mente académico, desligado de compromisos socioambientales. En esta manera de entender la Agroecología, las variables socioambientales lo son en la medida en que pueden perturbar el funcionamiento del sistemas agrarios; se asume su importancia pero no se entra en la búsqueda de soluciones globales que excedan el ámbito de la finca o de la técnica concreta que se pone a punto. En realidad esta Agroecología débil no se diferencia en mucho de la agronomía convencional y no supone una ruptura más que parcial de las visiones tradicionales.” (CASADO GUZMÁN; MOLINA SEVILLA; GUZMÁN GONZÁLEZ, 2000, p.85-86).

que se materializa en una característica estructura ocupacional y, por tanto, en la **comunidad campesina** que posee una particular influencia del pasado y unas específicas pautas de organización social” (SEVILLA GUZMÁN, 1987, p.366-399 grifo nosso). “Son esos, además los marcos sociales que han permitido la adaptación simbiótica del hombre a la naturaleza allá donde éste ha sabido, a nivel local, artificializar os ecosistemas manteniendo las bases de su renovabilidad.” (CASADO GUZMÁN; MOLINA SEVILLA; GUZMÁN GONZÁLEZ, 2000, p.107).

Acredita-se, finalmente, que a efetividade da agroecologia esteja articulada aos princípios fundamentais da ordem camponesa, ou seja, que deve ser encarada de forma abrangente, como nos propõe Sevilla Guzmán. Sendo assim, como colocar a teoria agroecológica de fortalecimento do endógeno na prática? Como realizar, através da agroecologia, a (re)construção da organização camponesa em seus aspectos sócio-culturais?

Conclusão

Como vimos no decorrer deste artigo, a organização econômica e sócio-cultural dos camponeses possui peculiaridades. A economia camponesa tem o núcleo familiar como força de trabalho. Suas relações de produção fundamentam-se na satisfação das necessidades da família, portanto, essas necessidades determinam o grau de autoexploração do trabalhador camponês. Além disso, as atividades produtivas não se limitam à agricultura, mas compõem também atividades artesanais e comerciais. Os aspectos técnicos relativos à agricultura não se encontram dissociados da cosmo-visão da família camponesa. Ou seja, as relações de produção e reprodução não se desenvolvem de forma separada. A produção camponesa está permeada por valores relacionados à noção do trabalho, religiosidade, moralidade, autonomia e reciprocidade, que dão as especificidades ao modo de vida do camponês. Todos esses elementos, contudo, encontram-se sob o governo das relações de *hierarquia* e de *gênero*, que assumem posição central na organização camponesa.

Por outro lado, discutimos a “erosão” causada nessa organização pelo processo de modernização da agricultura. A maximização dos lucros estimula a produção para o mercado em contraposição à produção para o auto-consumo. Os espaços femininos, dedicados à produção de alimentos à família, retraem-se. A necessidade de insumos e inovações tecnológicas coloca em xeque o

saber tradicional sobre a produção e, conseqüentemente a hierarquia familiar. Pode-se perceber, então, que a **modernização da agricultura desorganiza o campesinato, invertendo o sentido das relações hierárquicas e de gênero que garantem as especificidades na unidade familiar de produção.**

Durante a reflexão sobre a agroecologia, notou-se a necessidade de valorização dos aspectos sócio-culturais a partir do fortalecimento do **endógeno**, ou seja, da articulação da agroecologia aos princípios fundamentais da ordem camponesa. Portanto, **para uma agroecologia plena, deve-se enfocar o fortalecimento dos princípios da hierarquia e gênero que fundamentam a ordem camponesa.** Sugere-se, finalmente, como estratégia de ação agroecológica, a **valorização dos espaços femininos** do sítio, através do **envolvimento das mulheres camponesas na elaboração de projetos de agroecologia.** As mulheres, como representantes dos espaços endógenos – da família, da alimentação, das sementes – têm muito a oferecer no processo de construção da autonomia, reciprocidade, assim como, dos aspectos morais tradicionais, distanciados da lógica de maximização dos lucros.

REFERÊNCIAS

ABIB, P. R. J. **Capoeira angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda.** Salvador: EDUFBA, 2005.

ALMEIDA, J. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.** 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/ensaio_agroecologia.pdf>. Acesso em: 19 set. 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

ARRUDA, R. S. V. 'Populações tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: DIEGUES, A. C. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo. Hucitec, 2000. p.273-290.

BRANDÃO, C. R. **A partilha da vida.** São Paulo: Cabral/GEIC Editora, 1995.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la unidad económica campesina.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

EHLERS, E. **Origens e perspectivas de um novo paradigma: agricultura sustentável.** 2.ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

GODELIER, M. Economias e sociedades: abordagem funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, E. A. **Antropologia econômica**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p.45-84.

GONÇALVES, C. W. P. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do Norte de Minas. In: LUZ, C.; DAYRELL, C. (Org). **Cerrado e desenvolvimento**: tradição e atualidade. Montes Claros: Centro de Agricultura Alternativa Rede Cerrado, 2000. p.19-45.

GUZMÁN CASADO, G.; GUZMÁN SEVILLA, E.; MOLINA GONZALEZ. M. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979. (Estudos sobre o Nordeste, v.7).

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo, Contexto, 1999. p.63-110.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1, p.35-45, jan/mar. 2001.

SHANIN, T. **Chayanov e a questão do campesinato**. Transcrição de Leny Belon Ribeiro e Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.

_____. **La clase incomoda**: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHIVA, V. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**. Brasília: Ed. da UNB, 1997.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.87, p.11-73., 1990.

_____. **Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda**. Brasília: editora, 1978. (Série Antropologia, 20).

